

# Prioridade agora é também sobrevivência

**LUIZ CARLOS LISBOA**

O presidente José Sarney terá de enfrentar a maior oposição que jamais se fez neste país a um presidente, se não se dispuser a atenuar depressa alguns problemas que são mais efeito que causa e resultam da incuria e do provincianismo de governos passados, inclusive os militares. No Brasil real, nada precisa ser removido com tanta urgência como o hábito da corrupção generalizada e o aviltamento salarial que reajustou o valor do trabalho por baixo. Esses alcapões profundos podem engolir um presidente, um Legislativo e uma República, e por enquanto é impensável prever o que ficaria em seu lugar.

A mais tosca pesquisa de opinião, desde que conduzida de modo a revelar o pensamento do homem comum, há de mostrar com clareza que as mais variadas formas de desonestidade que dominam a vida pública e pessoal no País são o combustível da indignação geral latente, que um dia vai procurar culpados e tentar fazer justiça com as próprias mãos. Por outro lado, a trucagem suja que se tentou fazer sempre para remendar desastres financeiros (nos últimos anos com naturalidade revoltante), consistente na desintegração do poder de compra dos salários da população, é pura lenha a queimar na fogueira do descontentamento e numa revolução qualquer que virá, seja justa ou injusta.

Todos os outros sinais da decadência são tolerados durante um longo período, mesmo porque aqueles que chegaram ao poder na brisa de liberdade soprada em 15 de janeiro deste ano são incansáveis na afirmação de que todos os males que desabam há tempo sobre o País devem ser debitados ao movimento político-militar de 1964. Primeiro, isso está longe de ser toda a verdade, porque a corrupção deslavada é velha como a República, e talvez mais. Depois, porque há formas de decadência, cujas raízes continuam a ser regadas no atual governo, que parece querer prorrogar aquilo que critica. Não obstante as causas fundamentais da nossa desventura (essa é a base de toda controvérsia político-social e de toda discussão de botiquim), há inconveniências que suportamos razoavelmente, e outras que têm tempo contado para explodir. A água posta na sopa salarial em anos anteriores, e principalmente no governo Figueiredo, deixou pelo pescoço a paciência popular, porque a aguada que resultou da manobra é uma ilusão evidente, e suas vítimas, os assalariados, sentem-se unanimemente roubados. As notícias de corrupção que a imprensa e os meios eletrônicos de comunicação agora podem apontar consumiram em pouco tempo a tolerância dos brasileiros.

Um governo que deseja acertar, como parece o do presidente Sarney, não merece o que pode desabar sobre sua cabeça por acumulação, náusea e revolta. Já não basta dizer que governos anteriores foram abomináveis, que os novos administradores precisam de tempo. Nem resolve acenar com os antigos consolos do nacionalismo e do populismo, que os chavões só fazem aumentar o mau humor geral e a antipatia que o

povoão inegavelmente nutre pela classe política. É preciso ao menos não revelar insensibilidade, não dar a entender que a situação será agravada, não mostrar a indiferença que o governo anterior mostrava no rosto enfatiado de seus comandantes. O grosso será feito pela Constituinte — é o que se costuma dizer agora, e todos querem acreditar que essa é a verdade —, mas o miúdo fez-se necessário exatamente aqui, precisamente agora. O não reajustamento da tabela do Imposto de Renda foi uma imprudência dos diabos, a disputa de cargos e a nomeação permanente para o serviço público são legítimas loucuras, a esta altura dos acontecimentos. Tudo precisa ficar bem claro, e não há engano de assessor que possa ser justificado quando se confunde, nos porões do navio, água com gasolina. Se a tripulação não é boa, deve ficar em terra, ou ser mandada para lá, com água e mantimentos, durante a viagem.

Quando a Consolidação das Leis do Trabalho afirma que os salários são irredutíveis, ela está falando para valer. Pena que isso aconteça no Brasil, onde a atenção é precária, a memória é fraca e todos têm uma pena infinita dos que são contrariados pela lei. Quase todos se tornam convintes no processo de "amacramento" da legislação, que afinal não foi feita para magoar ninguém. O sistema da correção monetária, necessário e dramático, nunca foi adaptado àquela outra estrutura, que é a correção salarial. Basta que esses dois fatores trabalhem desajustadamente para que sejam criados a injustiça, o privilégio e a desapropriação. No último governo ligado ao movimento de 64, convencionou-se que a descoordenação entre correções salarial e monetária podia ser a alavanca mestra do reequilíbrio financeiro do País e fator determinante do sacrifício que todo cidadão (na verdade, "muitos cidadãos") devia fazer pelo País. O mergulho de cabeça de grandes multões na escala social, com o empobrecimento do homem comum brasileiro, era inevitável, e logo o "sacrifício" encontrou um limite, atrás do qual se escondia a impaciência e a revolta.

Sem um combate visível à corrupção (não apenas visível, naturalmente) não haverá nunca um pacto social que mereça respeito. Sem uma prova pública de que o governo do presidente Sarney sabe que os limites do esmagamento salarial foram atingidos, ninguém dará ouvidos a ninguém e toda proposta de esforço parecerá um desaforo. Tudo que decorre dessa desdita — os índices da casa própria, os movimentos grevistas, a inclinação para as fórmulas radicais — será enfrentado com a devida coragem se houver o convencimento generalizado de que as questões do salário e da corrupção mereceram algum encaminhamento do governo, além da habitual atribuição de culpa e do discurso em voz tremida e trespassado de emoção. Já se discutiu muitas vezes tudo isso e é possível que, à força de repetir, já ninguém dê ouvidos ao que parece uma arenga. Ainda assim vale a pena repisar outra vez o que tem prioridade, tentando descobrir por que tem. Sem isso, governantes e governados terão problemas de saúde, de bolso, de espírito.